

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Ana Flávia Pereira dos Santos¹
Katia de Medeiros Penna²

Resumo: As instituições educacionais vêm aprimorando cada vez mais e efetuando novos papéis a fim de trazer melhores qualidades na educação inclusiva, sempre apresentando modificações. A educação inclusiva configura-se como uma modalidade de educação crucial para o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down (SD). A presente pesquisa buscou analisar os aspectos da formação dos professores para a atuação na educação inclusiva, com ênfase à inclusão escolar da criança com SD. Este trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica, com a utilização de artigos científicos publicados e referenciados que foram de encontro ao tema proposto na pesquisa, em uma abordagem qualitativa. Pode-se dizer que o processo de formação do professor é algo contínuo e que mesmo depois da sua formação acadêmica é importante sempre estar buscando novos conhecimentos. Considera-se que o professor assume um importante papel na utilização de um método pedagógico que facilite a participação dessa criança em sala de aula. Compreende-se que é indispensável uma formação específica do professor para as finalidades do atendimento nas demandas de uma criança com SD.

Palavras-chave: Criança. Educação. Formação. Inclusão. Síndrome de Down.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva configura-se como uma modalidade de educação crucial para o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down (SD). Sendo assim, a presente pesquisa parte da indispensabilidade de analisar o processo de formação de professores, na qual tornam-se aptos a atender a demanda de inclusão dessas crianças no processo educacional.

Muitos educadores e até mesmo a escola, ainda que tenham passado por modificações, às vezes acabam se omitindo da responsabilidade de oferecer a educação inclusiva, pois ainda não se sentem preparados totalmente para esse processo de inclusão, e por não terem também recursos necessários que atendam essa demanda (Pletsh; Glat, 2012 apud Santos, 2019).

A escola como um ponto de partida terá que ser um lugar onde essas crianças com necessidades especiais possam desenvolver-se mentalmente interagindo uns com os outros, para que

¹ Graduanda no curso de Bacharelado em Psicologia da Unifucamp. E-mail: anapereirasantos@unifucamp.edu.br

² Psicóloga, Pedagoga, Mestre em educação. Docente no curso de Bacharelado em Psicologia da Unifucamp. E-mail: katiamedeiros@unifucamp.edu.br

aprendam ter uma interação social além disso, essa inclusão também estará contribuindo para a compreensão das demais crianças, essas crianças terão o conhecimento de socializar-se uns com os outros, independentes de ter alguma deficiência ou não, a diferença sempre irá existir, porém deve ser respeitada e os seus direitos devem ser atendidos de forma adequada.

Falar sobre inclusão escolar envolve não somente o fato de a criança estar matriculada na escola, mas também se trata do apoio pedagógico que a criança irá receber naquele ambiente escolar. A escola além de contar com profissionais qualificados para essa demanda, terá também que passar por mudanças físicas no ambiente, garantindo uma maior acessibilidade da criança naquele local.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de formação dos professores para atuar na educação das crianças com SD. Dessa forma, a pesquisa se justifica pela suma importância cada vez maior da evolução no processo de educação inclusiva dessas crianças, na perspectiva de compreender a atuação dos professores que lidam com esse processo educacional e que precisam se atentar em busca de melhorias. Partindo deste pressuposto, surge a seguinte pergunta: Como a qualidade da formação dos professores pode contribuir para o bom desenvolvimento da criança com SD sendo aluno de uma escola de ensino regular? Tendo em vista que se trata de uma complexidade para o desenvolvimento pedagógico.

Para obter melhores informações sobre o tema e a relação escolar da criança que possui SD numa escola de ensino regular, o apoio pedagógico e também o processo da inclusão dessa criança, dividiu-se a pesquisa em quatro principais pontos: 1) Contexto histórico da educação inclusiva no Brasil 2) Conhecendo a Síndrome de Down; 3) Síndrome de Down e a inclusão escolar; 4) A formação dos professores para a educação de crianças com Síndrome de Down. Essa divisão possibilita uma compreensão maior no processo da pesquisa, considerando as principais questões envolvidas em todo o contexto educacional dessa inclusão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contexto histórico da educação inclusiva

Na era cristã, pessoas com deficiência eram considerados seres inúteis, e excluídos pela sociedade. Naquela época, as pessoas não entendiam sobre como lidar com pessoas que possuíam deficiência. Dessa forma, eram excluídos tanto do relacionamento social quanto familiar (Zavareze, 2009, *apud* Miranda, 2019). Na era medieval, a rigidez ainda era maior, pois além de deixarem esquecidas as pessoas que tinham

algum tipo de deficiência, também as consideravam como manifestações demoníacas ou castigo do divino (Aranha, 2005 *apud* Bueno *et al.*, 2023). Com o passar do tempo, os povos de várias nações começaram a praticar o assistencialismo, trazendo mudanças para as pessoas com deficiência (Nunes; Rosana; Saia, 2015).

No Cristianismo, a vida começou a ter mais valor, e a ideia de exclusão passou a ser desconsiderada. As pessoas com deficiência começaram a ser reconhecidas e consideradas como filhas de Deus (Bueno *et al.*, 2023). Essas pessoas eram abrigadas em casas de assistência e monitoradas pelos senhores feudais (Nunes; Rosana; Saia, 2015).

No começo do século XX, a participação médica e psicológica contribuiu para a aplicação de novas teorias em relação à capacidade e inteligência das pessoas, tendo uma nova expectativa sobre a forma de tratar as pessoas que tinham algum tipo de deficiência (Nunes; Rosana; Saia, 2015). A partir daí, houve uma preocupação com o desenvolvimento psicossocial das pessoas com deficiência. “As pessoas com deficiência são inseridas socialmente nas instituições escolares regulares, época em que nasce e se populariza o conceito de inclusão. Essa noção vai se referir às pessoas com necessidades especiais e a sua inserção na escola” (Zavareze, 2009 *apud* Miranda, 2019).

No Brasil, em 1954, surgiram instituições como a sociedade Pestalozzi do Brasil e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com intuito de suprir as necessidades dos alunos com necessidades especiais. Logo mais, contando com o apoio do governo essas instituições conseguiram os materiais adequados para serem utilizados na nova metodologia de inclusão educacional (Santana 2020 *apud* Bezerra; Antero, 2020).

Em 1977 surgiu a política de Educação Especial com a participação do Ministério da Educação (MEC), a mesma se definia na criação de classes especiais para as redes de ensino, acompanhado de um modelo médico e psicológico. No entanto, a educação especial assumiu o ensino dos alunos que possuíam necessidades especiais. Hoje já existe o atendimento de educação especializada para incluir crianças com deficiência. (Bezerra; Antero, 2020).

Em 1996, com a Lei nº 9.394/96 das Diretrizes Básicas da Educação (LDB), houve uma atualização geral no sistema educacional no Brasil. Essa modificação se dispõe sobre diversos aspectos no sistema educacional em todo o contexto envolvido, ou seja, dos princípios gerais da educação escolar às finalidades de recursos financeiros, formação e diretrizes para a carreira dos profissionais do setor (Miranda, 2019).

Em 2001 foi criada a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE /CEB de nº 2/2001, a qual define as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. “Os sistemas de ensino

devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (Bezerra; Antero, 2020).

Dessa forma, analisando os resultados de pesquisa das autoras (Bezerra; Antero, 2020), segue a linha do tempo com as demais leis que foram surgindo com o passar dos anos a respeito dos direitos da pessoa com deficiência.

Quadro 1 – Leis acerca dos Direitos da Pessoa com Deficiência

2001	Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172: Destaca que “o grande avanço que a década deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.
2005	Programa de Acessibilidade no Ensino Superior (Programa Incluir)
2007	PDE - Decreto nº 6.094 - Para a implementação do PDE é publicado o decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do compromisso todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.
2011	Decreto nº 7.611 -Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de outras providências.
2015	Lei nº 146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).
2016	Lei nº 409 – Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino

Fonte: Resolução CNE / CEB, (2002) *apud* Bezerra; Antero (2020).

Com base nos resultados dos autores citados anteriormente, é importante reforçar sobre os critérios da Lei 13.146 aprovada em 6 de julho de 2015 que defende os direitos de inclusão da pessoa com deficiência, implantada com o objetivo de assegurar e promover os direitos de igualdade e liberdade da pessoa com deficiência, propondo a inclusão social. A lei apresenta vários artigos e capítulos referentes à inclusão escolar de pessoas com deficiência. E Conforme o artigo 28 da lei citada pode-se afirmar:

- I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (Brasil, 2015).

O Atendimento educacional especializado é um sistema de atendimento aplicado à educação básica de modo geral, já existe há 30 anos, conhecido pela sigla AEE. Esse sistema tem como objetivo de garantir uma inclusão de qualidade e sem diferenciação, seguindo ao que diz no decreto de nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Esse atendimento é realizado através de professores habilitados com um curso de formação específica nessa área, tem como objetivo atender e fazer acompanhamentos aos alunos com deficiência nas atividades curriculares em horários contraturno (Brasil, 2011 apud Oliveira 2020).

Figura 1 – Diferença entre Integração e Inclusão



Fonte: Blog Portal da Educação (2021).

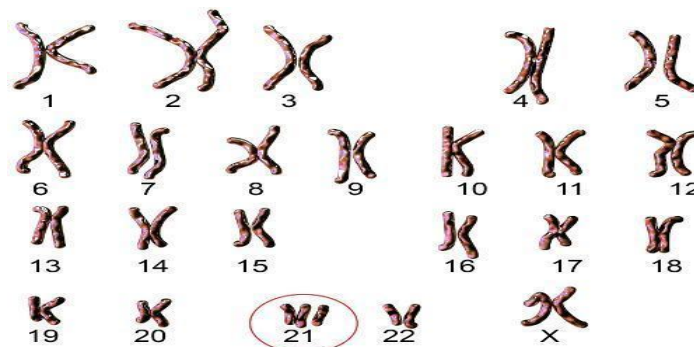
O que difere os termos Integração e Inclusão e, é que na primeira, a criança precisa se adaptar à realidade da escola, e na segunda, a escola é que precisa se adaptar para receber a criança, independentemente de ter deficiência ou não. A inclusão elimina o termo integração, pois o seu objetivo é incluir aquele aluno ou grupo de alunos que de forma direta ou indireta foram excluídos em algum momento (Freire, 2012 *apud* Silva *et al*, 2017).

1.1 Conhecendo a Síndrome de Down

O médico John Langdon Down foi o primeiro a descobrir e descrever algumas semelhanças fisionômicas de crianças que possuíam atraso mental, utilizava o termo “mongolismo” referindo-se as crianças com deficiência. Porém, foi no fim da década de 50 que o geneticista Jérôme Lejeune analisou uma alteração genética que era causada por um erro na distribuição de cromossomos, onde o par de cromossomo 21 possuía um cromossomo extra. Assim, foi denominado trissomia do cromossomo 21 e nomeado como Síndrome de Down em homenagem ao médico John Langdon Down que foi o primeiro a descobrir essa alteração (Mata; Pignata, 2014).

A Síndrome de Down (SD) é uma desordem cromossômica geneticamente determinada, conhecida como trissomia do cromossomo 21, pois a pessoa que possui a síndrome apresentará uma alteração no cromossomo 21. Poderá Apresentar características físicas específicas e também atraso no desenvolvimento cognitivo. O termo “síndrome” significa conjunto ou junção de sinais ou sintomas e “Down” em homenagem ao médico que foi o primeiro a descobrir as características da criança com SD (Brasil, 2013).

Figura 2- Cariótipo da Síndrome de Down



Fonte: Biologia Net (2023).

A criança com SD também apresenta diferenças nas características físicas e mentais em relação às demais crianças, por exemplo, olhos oblíquos, rosto arredondado, orelhas pequenas, mãos menores com dedos mais curtos e às vezes a língua é grande, o que pode acontecer em muitos casos e a criança fica o tempo todo com a boca aberta, a estatura é mais baixa, tem um maior risco

de pegar infecções, além de apresentar um comprometimento intelectual e uma aprendizagem demorada (Duarte, 2022, p.581). Conforme as Diretrizes de atenção à pessoa com SD pode-se dizer o que:

As diferenças entre as pessoas com SD, tanto do aspecto físico quanto de desenvolvimento, decorrem de aspectos genéticos individuais, intercorrências clínicas, nutrição, estimulação, educação, contexto familiar, social e meio ambiente. Apesar dessas diferenças, há um consenso da comunidade científica de que não se atribuem graus à SD (Brasil, 2013).

A SD não atribui graus, mas pode ser classificada por três tipos de anomalias, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 – Tipos de anomalias conforme a desordem cromossômica

Desordem cromossômica	Tipo	Percentual	Características
Trissomia simples ou padrão	mais comum	cerca de 95%	O cromossomo 21 recebe a junção de um outro cromossomo extra causado pela não disjunção cromossômica.
Translocação	Menos comum - hereditária	De 3 a 4%	boa parte do cromossomo 21 se junta a outros cromossomos, geralmente acontece essa junção com o cromossomo 14.
Mosaicismo	Menos comum	Cerca de 1%	O embrião apresenta mais de um tipo celular, com diferentes constituições cromossômicas, alguns com 46 cromossomos e outros com 47.

Fonte: Mata e Pignata (2014).

A pesquisa do cariótipo (análise cromossômica) não é algo obrigatório na elaboração do diagnóstico da SD, porém é fundamental para a orientação e aconselhamento genético da família. Tendo em vista que somente com a realização do exame do cariótipo é que determina a forma casual ou herdada, ou seja, em qual tipo de anomalia se enquadra a SD que está sendo analisada (Brasil, 2013).

Conforme o quadro 1, apresentado anteriormente, além dos tipos de anomalias dadas a SD, existem também as classificações para cada uma delas. Na classificação Internacional de Doenças (CID- 10) a SD tem o código Q-90, pois a síndrome está dentro do Q00-Q99 onde estão as anomalias cromossômicas, malformações e deformidades. Ainda dentro do capítulo Q90 estão os subgrupos a seguir; Q90.0- Síndrome de Down, nomeada como trissomia do cromossomo 21, causada pela não disjunção meiótica, Q 90.1- Síndrome de Down, trissomia do cromossomo 21, mosaicismo por não disjunção mitótica e Q 90.2- Síndrome de Down, trissomia do cromossomo 21, translocação. Segundo o CID 10 existe também a classificação Q 90.9 que é a Síndrome de Down não específica (Brasil, 2013).

A SD não é considerada como doença, não é certo dizer que alguém com SD é doente, é vítima ou acometida pela SD. De forma correta se diz que a pessoa tem ou nasceu com a síndrome. Não se sabe ao certo por que a SD acontece. Esta síndrome não tem nenhuma ligação com a alimentação e nem com nenhuma outra coisa incomum que a mãe ou o pai tenha feito. Pode acontecer com qualquer um e seja em qual for o tipo de cultura e classe social, então a culpa não é de ninguém. Considera-se a possibilidade de que uma mulher tendo uma gestação em sua idade já um pouco avançada, ou seja, após os 35 anos tende a aumentar a chance de a criança nascer com SD, pois 80% das crianças com SD nascem de mulheres com menos de 35 anos, já que mulheres ainda mais jovens estão no seu período fértil e com uma probabilidade maior para gerar filhos (Movimento Down, 2014).

Vale ressaltar que a SD não é progressiva e muito menos transmissível, trata-se de uma alteração cromossômica, ou seja, uma deficiência mental congênita e que não tem cura. Mas, pode ter avanços em seu desenvolvimento físico e cognitivo através do apoio realizado por profissionais como o fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo e além disso, o mais importante, o apoio familiar é essencial para um bom desenvolvimento e uma vida mais tranquila. (Duarte, 2022).

1.2 Síndrome de Down e a inclusão escolar

Segundo a Constituição Federal (1988) “A educação é um direito de todos e é dever do Estado e da família. Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). O ideal seria que todas as escolas pudessem inserir qualquer criança, seja ela com ou sem deficiência [...]. [...] O termo necessidades especial se refere a todas as crianças ou jovens em que as necessidades se originam de algum tipo de deficiência ou mesmo dificuldades de aprendizagem. Entretanto, as escolas precisam encontrar maneiras para lecionar com êxito essas crianças (Salamanca, 1994 *apud* Martin; Zacheo, 2018).

Todas as crianças com SD necessitam de uma didática maior, ou seja, bem mais complexa, pois, é preciso de adaptações curriculares, se trata de uma demanda maior que necessita de uma equipe de colaboração envolvendo o trabalho de professores, pais, monitores e alguns outros colaboradores que fazem parte do ambiente escolar (Santin; Jung, 2021). A criança com SD sabe lidar melhor com questões visuais, mas pode ter problemas na hora da alfabetização. Diante disso, é preciso desenvolver outras habilidades no processo pedagógico, como por exemplo a noção de imagem corporal, a coordenação motora, atenção,

orientação espacial e temporal. Sendo assim, haverá a necessidade de um ambiente favorável onde desperte interesses na criança por meio da ludoterapia incluindo várias atividades divertidas e que favorecem a memorização (Oliveira, 2020).

Quando se observa com atenção uma criança com SD, é possível notar que o seu desenvolvimento lento comparado a uma criança que não possui a síndrome, mas apesar de ter uma dependência maior, esta criança também terá um caminho a ser percorrido. Poderá se desenvolver dia após dia, mesmo sendo um processo demorado, porém as suas habilidades estarão evoluindo cada vez mais (Silva *et al.*, 2017).

Segundo os autores, (Medeiros, 2009 apud Oliveira; Ziesmann; Guilherme 2017):

É uma construção sócia educacional que oportuniza o exercício da cidadania. Para que ela ocorra, não basta simplesmente inserir o sujeito; é importante que cada um seja acolhido com suas necessidades individuais e que estas sejam respeitadas, criando a igualdade de oportunidades a todos, independentemente de sua condição física, mental ou social (Medeiros, 2009 apud Oliveira; Ziesmann; Guilherme 2017).

Partindo dessa visão dos autores, pode-se afirmar que, a inclusão busca oferecer um trabalho especializado para o aluno que possui necessidades especiais, mas é importante ter uma percepção de que a mudança, ou seja, as modificações no sistema de ensino não virão de um dia para o outro. Pois, depende também das adaptações e organizações da instituição de ensino (Oliveira e Ziesmann e Guilherme, 2017).

Segundo (Brasil, 2008 apud Araújo, 2019):

A inclusão tem início na Educação Infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e serviço social (Brasil, 2008 apud Araújo, 2019).

Uma criança com SD ao decorrer dos anos desenvolve habilidades de ser, de aprender, ensinar, (con)viver em meio a uma comunidade educacional. Sendo assim, possui certas limitações a uma criança devido a sua síndrome [...]. [...] Algumas considerações serão necessárias, pois a criança em certos momentos poderá precisar de adaptações que enquadram as suas características, sendo importante que ela tenha liberdade para explorar as suas habilidades conforme a suas condições (Medeiros, 2019).

2.4 A formação de professores para a educação de crianças com Síndrome de Down

Atualmente as instituições educacionais vêm aprimorando cada vez mais e efetuando novos papéis a fim de trazer melhores qualidades na educação inclusiva, sempre apresentando modificações. À vista disso, o docente se torna uma figura central desse processo de modificações, pois tem sobre si a responsabilidade de se dedicar e compartilhar um conhecimento diferenciado para os educandos. Sendo assim, é preciso que o educador esteja sempre passando por aperfeiçoamentos para poder conseguir atender a demanda das necessidades que chegarem em sua sala de aula, cada um com sua necessidade e personalidade diferente, ou seja, cada um com o seu tempo de desenvolvimento e aprendizagem (Oliveira; Ziesmann; Guilherme; 2017).

Segundo Kassar (2014), o professor para assumir o processo de educação especial precisa estar capacitado para cumprir as atividades necessárias no sistema de educação especializada, por exemplo;

- [...] I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II- Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV -Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (Brasil, 2001 *apud* Kassar, 2014).

O papel do professor está em gerar um método pedagógico que venha apresentar uma expectativa de estudos sobre sua ação, assim como o rompimento de barreiras que surgem e a extensão da prática pedagógica como execução na ação educativa. De acordo com o parágrafo 2º da obra de (Brasil, 2001 *apud* Kassar, 2014), “são considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, [...] bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas para promover a inclusão.

Nessa perspectiva, o assessoramento individual ao professor, associado a momentos de reflexão coletiva, deve buscar alavancar a mudança. A transformação a que nos referimos implica rever conceitos e preconceitos, questionar rótulos, alterar práticas, experimentar a insegurança diante do novo. Mudar é sempre um processo complexo, no qual dificuldades estão presentes. Para enfrentá-las, é necessário que os professores possam contar não apenas com condições materiais, mas também com um suporte técnico e emocional adequado, bem como com oportunidades para reflexão e aprendizado em conjunto com seus pares (Maia *et al*, 2017).

Na formação inicial e continuada é importante frisar que o modo de pensar e fazer no ato de avaliar, é fundamental na formação do docente assim, partindo da sua atuação conseguirá alcançar melhorias nas práticas futuras alcançando um bom desenvolvimento para a aprendizagem de cada aluno. No entanto, pode-se dizer que a formação dos professores não prevalece apenas no período inicial, mas naquilo que os professores adquirem após a sua formação. É importante que cada professor busque sempre mais conhecimentos tanto na parte prática quanto teórica e elaborando uma metodologia adequada para ser utilizada em sala de aula (Monteiro, 2019).

Desse modo, é de suma importância que o educador, ou mesmo outra pessoa que esteja por dentro dos cuidados pedagógicos de alguém que tenha qualquer deficiência, busquem aperfeiçoar sempre, procurem redes de apoio, desenvolvam grupos de estudos para que possam adquirir mais conhecimento para saber lidar com a prática de atuação pedagógica (2016 *apud* Scotti, 2016).

Á vista disso, é importante também que o professor mantenha um contato com a família, assim terá um conhecimento maior ao que acontece com a criança também fora do ambiente escolar. Com a junção dessas duas instituições, família e escola e além disso, as influências externas que, mesmo sem a participação destas instituições, sejam elas influências negativas ou positivas, mas que podem contribuir para o desenvolvimento e formação acadêmica do aluno (Silva *et al.*, 2020).

Quando a escola é um ambiente acolhedor que tem professores qualificados, essa escola estará em destaque na educação inclusiva, pois os conhecimentos ao longo do tempo vão além da sala de aula. Para ser considerado um professor apto para atuar no processo de educação inclusiva é preciso que o mesmo tenha uma boa visão do aluno a ser incluído em sua sala de aula e também prepare os demais coleguinhas para a recepção desse aluno de necessidades especiais (Mantoan, 2001 *apud* Santos, 2019).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa buscou analisar os aspectos da formação dos professores para a atuação na educação inclusiva, dando ênfase à inclusão escolar da criança com SD. Foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, na qual foram utilizados artigos científicos devidamente publicados e referenciados que vão de encontro ao tema proposto para a pesquisa. “[...]Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto, [...]” (Fonseca, 2002, p.32 *apud* Sousa *et al.*, 2021).

A partir desse objetivo geral foi empregada uma pesquisa de natureza básica e para melhor apreciação do trabalho, foi utilizada uma abordagem qualitativa. Com o intuito de conhecer a problemática sobre a área de estudo a pesquisa foi realizada do tipo descritiva. “Quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas” (Castro, 1976, p. 66 *apud* Oliveira, 2011).”

Para elaboração do estudo, foram consultados artigos através de google acadêmico e bancos de dados como Scielo e Pepsic com publicação entre 2013 e 2023. Como critérios de inclusão foram elaborados materiais relacionados ao assunto e tema principal da pesquisa, aos objetivos específicos, e palavras-chave; criança, educação, inclusão, professor e síndrome de Down. Sendo assim, foram descartados os demais artigos que tinham muito tempo de publicação e ou que não tinham nenhuma relação com o tema proposto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na pesquisa realizada, entende-se que nas eras Medieval e Cristã, as pessoas com deficiência eram tratadas de forma desumana. Porém, já no cristianismo a vida dessas pessoas passou a ter valor. Recebiam assistência dos senhores feudais e além disso, diferente das eras passadas, os deficientes também eram considerados como filhos de Deus. (Zavareze, 2009 *apud* Miranda (2019); (Nunes; Rosana; Saia, 2015).

As primeiras instituições a chegarem no Brasil foram a sociedade Pestalozzi do Brasil e a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais (APAE) no ano de 1954. Já no ano de 1977 surgiu a política de educação especial com a participação do Ministério da Educação (MEC), veio acompanhada de um modelo médico e psicológico e definida pela criação de classes especiais nas redes de ensino (Bezerra; Antero, 2020).

Desse modo, com o passar dos anos várias leis foram criadas a respeito da educação especial inclusiva. Dentre essas leis está a Lei 13.146, aprovada em 2015, a fim de promover os direitos de igualdade e liberdade da pessoa com deficiência, oferecendo a inclusão da mesma (Brasil, 2015). Além disso, existe também o sistema de Atendimento educacional especializado (AEE), como garantia de uma inclusão de qualidade. Trata-se de atendimento realizado através de professores habilitados, ou seja, com formação específica para essa atuação (Brasil, 2011 *apud* Oliveira 2020).

A presente pesquisa ressalta que a criança com SD possui uma maior lentidão no seu desenvolvimento e aprendizagem comparado às demais crianças que não possuem a síndrome. Conforme Santin; Jung (2021), essas crianças necessitam de atenção dobrada e para atender essa demanda é necessária uma modificação não somente curricular, mas também na postura do educador frente às necessidades da criança com SD.

É um processo que exige a atenção individual para a criança, é preciso que haja acolhimento e que as suas necessidades individuais sejam atendidas e respeitadas e que a inclusão seja em forma de incluir este aluno com os demais colegas independentes de suas condições físicas, mentais e sociais (Medeiros, 2009 *apud* Oliveira; Ziesmann; Guilherme 2017).

Considera-se que é extremamente importante que a inclusão escolar se inicie ainda na infância. Assim, terá maiores benefícios no desenvolvimento cognitivo, físico, emocional, psicomotor e social da criança. Desse modo, quando essa inclusão acontece ainda na infância a criança também já consegue reconhecer os seus valores, habilidades e respeito (Brasil, 2008 *apud* Araújo, 2019, p.31).

Entende-se que conforme os anos passam a criança com SD tende a desenvolver as suas habilidades de ser, relacionar com a sociedade e aos poucos ir conquistando a sua autonomia, mesmo que às vezes seja necessário a intervenção de alguém, porém a síndrome não tira dessa criança a oportunidade de explorar as suas habilidades (Medeiros, 2019).

Existem leis brasileiras que defendem os direitos de inclusão das pessoas com deficiência. Uma delas é a de número 13.146/2015, foi criada com o objetivo de assegurar e promover os direitos de igualdade e liberdade da pessoa com deficiência, propondo a inclusão social da mesma. Portanto, qualquer criança tem o direito de ser incluída no sistema educacional (Brasil, 2015).

Nesse sentido, ao ver a importância de saber mais sobre a formação dos professores diante dessa demanda de educação da criança com SD, buscou-se pesquisar a fundo sobre esta questão. E segundo os autores Oliveira; Ziesmann; Guilherme, (2017), percebe-se que ultimamente as escolas têm investido cada vez mais a fim de garantir melhoria na educação dos alunos. Porém, o docente é considerado a figura principal diante desses processos de modificações, principalmente ao se tratar de educação inclusiva. É preciso muita dedicação e estudos por parte do educador, buscando sempre aperfeiçoamento para conseguir atender a demanda com qualidade.

Existe a lei brasileira que exige uma boa qualificação dos professores para essa atuação e isso pode ser confirmado baseando-se ao que foi encontrado nos estudos de (Brasil, 2001 *apud* Kassar, 2014), “[...] I - perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; II-

flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de cada um [...].”

Considera-se que o professor assume um importante papel que consiste na utilização de um método pedagógico que facilite a participação dessa criança em sala de aula, ou seja, um método em que irá contribuir para o desenvolvimento dessa criança, eliminando os desafios que surgirem. A ludoterapia faz parte desse processo e contribui para grandes benefícios no desenvolvimento da criança.

Considerando os estudos dos autores (Maia *et al.*, 2017), pode-se dizer que o processo de mudança é muito complexo, as dificuldades de adaptações são frequentes e surge muita insegurança, pois é algo novo além disso, o professor deve se preocupar não só com o material que será utilizado com aquela criança, mas também é necessário que se preocupe com um apoio técnico e principalmente com o seu estado emocional, buscando sempre refletir sobre esse processo.

Pode-se dizer que que o processo de formação do professor é algo contínuo e que mesmo depois da sua formação acadêmica é importante sempre estar buscando novos conhecimentos, sejam eles na parte prática ou na teoria, buscando sempre seguir uma metodologia de ensino para ser trabalhado em sala de aula com a criança (Monteiro, 2019).

Para garantir que uma inclusão aconteça, a escola também precisa contribuir para isso, sendo um ambiente acolhedor e que ofereça profissionais qualificados para atender a demanda de inclusão, pois conhecimentos não se trata apenas do que acontece em sala de aula. Desse modo, é preciso ter uma boa compreensão sobre o aluno e suas características e além disso, informe aos coleguinhas sobre como deverá recebê-lo (Mantoan, 2001 *apud* Santos, 2019).

Verifica-se segundo Silva *et al.*, (2020), que é fundamental que o professor tenha uma boa comunicação com a família, assim terá um conhecimento maior sobre o que acontece com a criança com SD fora do ambiente escolar e observar as possíveis influências que podem aparecer e contribuir tanto positivamente ou até mesmo negativamente e que podem comprometer o desenvolvimento da criança.

Sendo assim, conforme a pesquisa realizada e baseando-se ao que foi compreendido na revisão bibliográfica dos autores Oliveira; Ziesmann; Guilherme, (2016), (Brasil, (2001) *apud* Kassar, (2014), Maia *et al.*, (2017), (Monteiro, (2019), Mantoan, (2001) *apud* Santos, (2019), Silva *et al.*, (2020), pode-se afirmar para o problema da pesquisa que para que a inclusão seja realizada com sucesso é indispensável uma boa formação do professor, é necessário que ele tenha conhecimento sobre os métodos de educação inclusiva e tenha preparo profissional para assumir essa responsabilidade. Desse modo, a hipótese se confirma, pois a criança com SD apresenta um desenvolvimento lento comparado as outras crianças e por

isso depende de um apoio individualizado que atenda às suas necessidades especiais necessitando de uma atenção maior do professor, onde deve entender, refletir e buscar soluções para trabalhar com essa criança.

Dessa maneira, confirma-se os estudos do autor, (Miranda 2019), que com base nos conteúdos analisados, entende-se que o governo e outros setores integrantes consideram os direitos da pessoa com deficiência, porém não possibilitam que a lei seja cumprida devido à falta de recursos humanos, materiais e principalmente uma reorganização do sistema. Sendo assim, observa-se uma grande necessidade de mais estudos referente a essa problemática.

Portanto, após concluir a pesquisa foi possível perceber grandes avanços em relação à inclusão educacional, mas na realidade ainda falta muito para alcançar o nível esperado. Na prática, mostra que essas modificações ainda estão distantes do que precisa ser alcançado para maiores benefícios dessas crianças tanto com SD quanto com outro tipo de deficiência que se enquadra no processo de educação especial. Ainda existe a falta de alguns recursos estruturais, ou seja, um ambiente adequado para recepcionar essas crianças e desenvolver atividades específicas conforme necessitam e uma insuficiência de profissionais capacitados na instituição escolar para atender crianças com necessidades especiais (Oliveira, 2020). É visível o interesse das instituições para que essa inclusão evolua cada vez mais. Percebe-se que atualmente vários cursos têm surgido para a formação na área de educação, o governo também tem agido para essa evolução, mas ainda é algo que necessita de muitas atualizações. Pois, além da criação de leis, é preciso também de comprometimento, oferecendo recursos didáticos para atender as crianças com necessidades especiais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da trajetória acadêmica no curso de psicologia percebe-se que a SD é um assunto muito pouco falado em sala de aula e sabe-se que é algo muito importante de ser estudado, principalmente quando se trata do processo de inclusão dessas crianças que possuem a síndrome. Assim, despertou-se interesses para aprofundar os estudos e buscar saber mais sobre esse assunto. Para a elaboração deste trabalho foi feita uma divisão de quatro importantes tópicos citados acima, para que assim a pesquisa tivesse resultados mais claros sobre o tema.

Compreende-se que ao se questionar sobre o assunto de inclusão escolar dar muito o que falar, então nesta pesquisa não tem sido diferente se referindo a inclusão escolar da criança com SD e a formação dos

professores nesse processo educacional. Neste caso, a pesquisa foi baseada em materiais como, artigos, teses e dissertações que vão de encontro ao tema.

Percebe-se que a educação inclusiva tem passado por grandes avanços, sempre buscando oferecer melhorias para as instituições de ensino para que possam receber as crianças de necessidades especiais com mais conforto e qualidade. Além disso, existem projetos de inclusão para atendimento dessas crianças com deficiência.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa buscou-se aprofundar sobre o que diz a respeito da formação dos professores para essa atuação. Verifica-se que mesmo que as escolas ofereçam esse sistema de ensino, a falta de profissionais qualificados para assumir esse papel ainda é muito grande, pois para isso depende de uma formação específica.

A criança com SD apresenta uma lentidão em seu desenvolvimento e por isso exige uma atenção maior do educador. É uma demanda que necessita de profissionais aptos para o processo educacional. Sendo assim, é necessário que desenvolvam outra prática pedagógica, onde possam trabalhar com a coordenação motora, atenção espacial e temporal entre outras intervenções pedagógicas que contribuem para o desenvolvimento dessa criança.

Como resultado da pesquisa a hipótese se confirma, pois é possível observar o quão importante é a boa formação do professor para essa atuação. Sendo possível analisar no desenvolvimento da pesquisa explícito no tópico de formação dos professores para a educação da criança com SD, destacando o professor como a figura principal no processo de desenvolvimento pedagógico, pois se trata de um processo educacional muito complexo e que exige a atenção total do professor para a realização de suas atividades didáticas.

Cumprindo os objetivos gerais propostos pela pesquisa após a busca por um maior conhecimento a respeito da formação dos professores para atender a demanda educacional dessas crianças com SD, compreende-se que é indispensável à formação específica do professor para essa finalidade, pois é necessário que o professor compreenda as necessidades da criança e consiga trabalhar com uma metodologia de ensino favorável.

Desse modo, o desenvolvimento da pesquisa foi de grande relevância para o conhecimento tanto a respeito da educação inclusiva quanto sobre o desenvolvimento da criança com SD. Muitas informações foram adquiridas a respeito do tema pesquisado, deixando uma satisfação com o resultado obtido e uma expectativa de que essa situação possa ficar ainda melhor do que se encontra.

É de suma importância que mais pesquisas sejam realizadas a esse respeito, atualizando sempre sobre a situação em que se encontra, para que assim possam criar mais promoções que tragam maiores benefícios para essa área educacional. E que as leis do estado não só sejam criadas, mas que sejam cumpridas conforme a necessidade. É necessário o oferecimento de mais cursos específicos nessa área de educação inclusiva para que aumente o número de profissionais qualificados para atuar no processo educacional de inclusão levando boas qualidades de ensino para as crianças com necessidades especiais.

ABSTRACT: Educational institutions have been improving more and more and playing new roles in order to bring better qualities in inclusive education, always presenting changes. Inclusive education is a crucial education modality for the development of children with Down Syndrome (DS). The present research sought to analyze the aspects of teacher training to work in inclusive education, with emphasis on the school inclusion of children with DS. This work was carried out in the It was carried out through bibliographic research, with the use of published and referenced scientific articles that met the theme proposed in the research, in a qualitative approach. It can be said that the process of teacher training is something continuous and that even after their academic training it is important to always be looking for new knowledge. It is considered that the teacher assumes an important role in the use of a pedagogical method that facilitates the participation of this teacher. of this child in the classroom. It is understood that specific teacher training is indispensable for the purpose of meeting the demands of a child with DS.

Keywords: Child. Down Syndrome. Education. Inclusion. Training.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mariane Andreuzzi de. **Práticas pedagógicas na Educação Infantil frente à acessibilidade curricular de crianças com Síndrome de Down.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília - SP. 2019. 111 p. Disponível em: www.repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/f64c89e1-385d-450e-8277-f03558891cfc/content . Acesso em: 10 out 2023.

BEZERRA, Lorryne Natiely Vanderlei; ANTERO, Kátia Faria. **Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil.** Alagoas, 2020. Disponível em: www.editorarealize.com.br. Acesso em: 18 nov 2023.

BIOLOGIA NET. **Cariótipo de cromossomos Síndrome de Down.** Disponível em: <https://www.biologianet.com/imprimir/1119>. Acesso em: 11 de nov 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 1. ed., 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 60 p. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs. Acesso em: 15 jun. 2023

BRASIL. **Lei Nº 13.146. de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 out 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://Constituição(planalto.gov.br)) Acesso em:20 jun 2023

BUENO, Josiane Jocoski; BUENO, Sávio; PORTILHO, Evelise.Maria Labatut. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e0230382023. eISSN:19825587 Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil | Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (unesp.br). Acesso em: 18 nov 2023.

DUARTE, Elisangela Evangelista. Síndrome de Down e o desenvolvimento pedagógico. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. 2022. Disponível em: periodicorease.pro.br . Acesso em 17 out 2023.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiência.** Campinas, 2014 v. 34, n. 93, p. 207-224, 2014. Acesso em: [Cad CEDES 93 - maio-ago 2014_31-07-2014_Book.indb \(scielo.br\)](http://Cad CEDES 93 - maio-ago 2014_31-07-2014_Book.indb (scielo.br)) .

MATA, Cecília Silva da **Síndrome de Down: Aspectos históricos, biológicos e sociais.** Orientadora: Maria Izabel Barnez Pignata. 2014. (3º Ano Ensino Ensino médio). Goiânia, 2014. Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: www.files.cercomp.ufg.br/weby/up/80/o/TCEM2014-Biologia-CeciliaSilvaMAta.pdf. Acesso em: 16 out 2023.

MARTIN, Andreia Garcia. ZACHEO ,César Augusto. “Cota não é esmola”: um estudo sobre as ações afirmativas destinadas à educação superior das pessoas com deficiência e seu amparo no princípio da vedação ao retrocesso. **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 9-24, 2018. Acesso em: Nov.2023

MEDEIROS, Érica Patrícia da Silva Galvão. **Os processos de interação da criança com síndrome de down: possibilidades, desafios e conquistas entre saberes e fazeres docentes.** 182p. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós- Graduação em Educação). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. 2019. Disponível em: ERICA PATRICIA DA SILVA GALVÃO MEDEIROS.pdf . Acesso em: 17 de out.2023.

MIRANDA, Fabiana Darc. Aspectos **históricos da educação inclusiva no Brasil.** Manaus, v. 2, n. 3, jun. 2019. Disponível em: [Vista dos ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL \(ufam.edu.br\)](http://Vista dos ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL (ufam.edu.br)). Acesso em: 18 nov 2023.

MONTEIRO, Érica Andréia Cortez. Síndrome de Down: concepções e percepções docentes. /2019. 204f.: il. Dissertação de mestrado - Universidade de Taubaté. Acesso em:20 nov 2023.

MOVIMENTO DOWN. **Três vivas para o bebê!** Guia para mães e pais de crianças com síndrome de Down. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro e Movimento de Ação e Inovação Social. - 1ª edição atualizada - 2014. Disponível em: [Três vivas para o Bebê!! - Movimento Down](#). Acesso em 11 de nov.2023.

NUNES, Sylvia Silveira; SAIA, Ana Lúcia; ROSANA, Elizete Tavares. **Educação inclusiva: Entre a história, os preconceitos, a escola e a família.** 2015. Disponível em: scielo.br/j/pcp/a/gtPdzXy4yHrX9Lz9txCtQ7c/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 18 nov 2023.

OLIVEIRA, Ana Beatriz Cunha Maia de. **A trajetória escolar de um estudante com Síndrome de Down na educação básica, os suportes escolares e a possibilidade de ingresso na educação superior.** 2020. 120 f:30cm. (Dissertação de mestrado) - Universidade Católica de Brasília, 2020. Disponível em: [AnaBeatrizCunhaMaiadeOliveiraDissertacao2020.pdf](#). Acesso em: 17 de out.2023.

OLIVEIRA, Janaína Brum de; ZIESMANN, Cleusa Inês; GUILHERME, Alexandre Anselmo. Educação inclusiva: (re)pensando a formação de professores. **Anais do 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva.** Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). 2022. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14453/2/Educao_inclusiva_re_pensando_a_formacao_de_professores.pdf . Acesso em: 21 nov 2023.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Universidade Federal de Goiás. Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il. Disponível em: [OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il. - Pesquisar \(bing.com\)](#). Acesso em: 03 nov 2023.

Portal da Educação. 2021. Disponível em: blog.portaleducacao.com.br/inclusao-e-integracao-porque-sao-importantes/?amp. Acesso em: 19 Nov 2023.

SANTIN, Solange Cristina Felicetti; JUNG, Hildegard Susana. Estudantes com síndrome de Down:(in) formação como estratégia de inclusão. **Revista internacional de formação de professores.** 2021. Disponível em: [Vista do Estudantes com síndrome de Down \(ifsp.edu.br\)](#). Acesso em: 16 nov 2023. bing.com/ck/a?!&&p=173f58379b28d55dJmltdHM9MTcwMDYxMTIwMCZpZ3VpZD0zZjQ5ZjAxOC1jZWU5LTU0OTgtMzY2Yi1lMzZkY2ZmZDY1OTQmaW5zaWQ9NTE5MA&ptn=3&ver=2&hsh=3&clid=3f49f018-cee9-6498-366b-e36dcffd6594&psq=SANTOS%2c+Tatiane+Soares+dos.+Alfabetização+e+letramento+de+estudantes+com+Síndrome+de+Down&u=a1aHR0cHM6Ly9yZXBvc2l0b3Jpby5iYy51ZmduYnIvdGVkZS9oYW5kbGUvdGVkZS85NDky&ntb=1 Acesso em: 18.out.2013.

SANTOS, Maria Lucilene Pereira dos. **Inclusão de crianças com síndrome de down na rede regular de ensino:** um estudo de caso na cidade de São Bento-PB.2016.Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em pedagogia) -Universidade federal da Paraíba,UFPB,João Pessoa,2016. Disponível: repositorio.ufpb.br/jspui/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Santos%2C+Maria+Lucilene+Pereira+dos. Acesso em: jun.2023

SANTOS, Tatiane Soares dos. **Alfabetização e letramento de estudantes com Síndrome de**

Down:Indicação a partir da percepção de professores sobre a vivência de estudantes em uso de software de alfabetização fônica computadorizada. 2019. 172 f. dissertação de mestrado - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em:

[bing.com/ck/a?!&&p=173f58379b28d55dJmltdHM9MTcwMDYxMTIwMCZpZ3VpZD0zZjQ5ZjAxOC1jZWU5LTU0OTgtMzY2Yi1lMzZkY2ZmZDY1OTQmaW5zaWQ9NTE5MA&pntn=3&ver=2&hsh=3&fclid=3f49f018-cee9-6498-366b-e36dcffd6594&psq=SANTOS%2c+Tatiane+Soares+dos.+Alfabetização+e+letramento+de+estudantes+com+Síndrome+de+Down&u=a1aHR0cHM6Ly9yZXBvc2l0b3Jpby5iYy51ZmcuYnIvdGVkZS9oYW5kbGUvdGVkZS85NDky&ntb=1](https://www.bing.com/ck/a?!&&p=173f58379b28d55dJmltdHM9MTcwMDYxMTIwMCZpZ3VpZD0zZjQ5ZjAxOC1jZWU5LTU0OTgtMzY2Yi1lMzZkY2ZmZDY1OTQmaW5zaWQ9NTE5MA&pntn=3&ver=2&hsh=3&fclid=3f49f018-cee9-6498-366b-e36dcffd6594&psq=SANTOS%2c+Tatiane+Soares+dos.+Alfabetização+e+letramento+de+estudantes+com+Síndrome+de+Down&u=a1aHR0cHM6Ly9yZXBvc2l0b3Jpby5iYy51ZmcuYnIvdGVkZS9oYW5kbGUvdGVkZS85NDky&ntb=1) Acesso em: 18.out.2013.

SILVA, Alice da; SAMPAIO, Andrea da Silva; FIGUEIREDO, Alcio Manoel de Sousa; SANTOS, Dalton Tadeu Reynaud dos - O direito da criança com síndrome de Down na escola regular. **Revista Jurídica Uniandrade**. 2017. Disponível em:

revistahom.uniandrade.br/index.php/juridica/article/view/752. Acesso em: 16 nov 2023

SILVA, Eugénio Alves da. As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais, **Revista Angolana de Sociologia [online]**. Posto online, 2015, consultado no dia 21 setembro de 2021. Disponível em: www.journals.openedition.org/ras/740. Acesso em: 05 de novembro de 2023.

SILVA, Rafael Soares; SOUSA; Marciana Vieira; SILVA, Izabel Rodrigues da. (2020). Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. **Revista Amor Mundi**, (3),35–46. Disponível em: [Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down na educação infantil | Revista Amor Mundi \(editorametrics.com.br\)](https://editorametrics.com.br), Acesso em: 16 nov 2023.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: Principios e fundamentos**. Universidade Federal de Uberlândia. 2021.Acesso em: 10 nov 2023.

